Sumário

1 Mandado de segurança: conceito, objeto, classificação e natureza jurídica, 1
1.1 Conceito, 1
1.2 Objeto, 2
1.3 Classificação, 3
1.4 Natureza jurídica, 4

2 Liquidez e Certeza, 5

3 Indeferimento, carência, denegação e concessão. Desistência, 8
3.1 Indeferimento, carência, denegação e concessão, 8
3.2 Repetição da ação, 11
3.3 Desistência, 12

4 Legitimidade ativa, 13

5 Legitimidade passiva: ato de autoridade, atos do poder legislativo, atos judiciais, litisconsórcio e assistência, 18
5.1 Ato de autoridade, 18
5.2 Ato de autoridade autárquica e funções delegadas do poder público, 21
5.3 Atos do poder legislativo, 23
5.4 Litisconsórcio e assistência, 24
5.5 Ato judicial, 26
5.6 Juizados especiais, 28

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6 Competência, 31

6.1 Autoridade coatora federal ou estadual, 31

6.2 Competência – valor da causa, 35

6.3 Competência criminal, 36

7 Prazos: *dies a quo* e *dies ad quem* – férias forenses, 40

7.1 Decadência, 40

7.2 Andamento durante as férias forenses, 43

8 Liminar, 45

8.1 Requisitos, 45

8.2 Subsistência ou não da liminar após sentença denegatória da segurança, 46

8.3 Medida liminar e eventual recurso, 47

8.4 Liminar decidida em mandado de segurança impetrado originariamente nos tribunais, 47

8.5 Suspensão da liminar, 48

9 Provas: produção. Informações da autoridade, 49

9.1 Produção das provas, 49

9.2 Informações da autoridade, 50

10 Ministério Público no mandado de segurança: como fiscal da lei. Como impetrante e impetrado. Jurisprudência, 52

10.1 Ministério Público como fiscal da lei, 52

10.2 Ministério Público como impetrante, 56

10.3 Jurisprudência, 59

11 Sentença, 60

12 Honorários de advogado, 62

13 Recursos em mandado de segurança, 65

13.1 Apelação, 65

13.2 Embargos de declaração, 66

13.3 Recurso ordinário, 67

13.4 Recurso extraordinário e recurso especial, 69

13.5 Agravo de instrumento, 70

13.6 Embargos infringentes, 72

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

14 Execução, 76

15 Mandado de segurança coletivo, 79

16 Súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça sobre mandado de segurança, 81

Anexo – Legislação, 83

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, 83

Lei nº 1.533, de 31 de dezembro de 1951, 85

Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964 (lei revogada), 87

Lei nº 5.021, de 9 de junho de 1966 (lei revogada), 89

Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990 (não revogada), 90

Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, 92

Bibliografia, 99

Índice remissivo, 103

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br